

PARECER TÉCNICO
(Divergência ao valor do Crédito)

Recuperação Judicial de TENCEL ENGENHARIA EIRELI
Processo nº 5248381-42.2022.8.09.0011

Parecer nº: **54-2022**

Credor postulante: **VITOR COSTA SILVA**

Tipo: **Divergência ao valor do crédito - Trabalhista**

1. Informações preliminares

A empresa recuperanda listou **VITOR COSTA SILVA** como credor da quantia de R\$ 17.462,57 (dezesete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e centavos), na classe trabalhista.

A 1ª relação de credores (art. 58, §1º, II, da Lei 11.101/2005) foi publicada em 22/06/2021, no DJE-TJGO nº 3495, Seção III, páginas 89 a 101.

O credor postulante apresentou divergência de crédito tempestiva perante este Administrador Judicial, na data de 06/07/2022, alegando, em resumo, que o valor do crédito relacionado pela recuperanda está incorreto, pugnando pela retificação do crédito para o valor de R\$ 47.145,28, permanecendo na classe trabalhista.

Com a divergência foram apresentados documentos que o postulante entende fundamentar seu requerimento, como inicial da ação trabalhista ajuizado perante a 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia/GO.

2. Informações preliminares

A divergência não será acolhida, conforme fundamentações a seguir alinhavadas.

Examinando-se os documentos enviados pelo postulante, verifica-se que a sentença ainda não transitou em julgado, tratando-se de crédito ilíquido, que ainda está em discussão perante aquela Vara do Trabalho. O art. 6º, § 1º da Lei nº 11.101/2005, dispõe o seguinte:

Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida.

Art. 6º, §1º, Lei 11.101/2005.

O postulante não apresentou decisão exarada pelo juízo trabalhista requerendo reserva de crédito, portanto, não há fundamento, por ora, para retificação do crédito na forma pleiteada.

Examinando-se o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, nota-se que o valor líquido é de R\$ 19.626,30, entretanto, na data de 27/4/2022, a recuperanda promoveu um pagamento no valor de R\$ 3.309,65, restando um saldo a pagar no valor de R\$ 16.316,65 referente ao TRCT e este é o valor que deverá figurar na relação de credores em favor do postulante, até a emissão da respectiva certidão de crédito contendo a apuração definitiva do crédito, nos termos do artigo 6º, da Lei 11.101/2005, acima citado.

3. Resultado do Parecer

Em vista dessas considerações, esta administração judicial não acolhe a habilitação de crédito apresentada por **VITOR COSTA SILVA**, entretanto, retifica-se o valor inscrito na relação de credores pela recuperanda na 1ª relação de credores, considerando o valor líquido do TRCT menos a parcela paga ao credor na data de 27/4/2022, restando um saldo a pagar no valor de **R\$ 16.316,35**. O valor será mantido de forma provisória no Quadro de Credores, na classe trabalhista, até a apresentação da certidão de crédito com o respectivo crédito definitivo apurado pela Vara do Trabalho.

Goiânia, Goiás, 10 de julho de 2022.

Adm. Leonardo De Paternostro
CRA/GO 9273
Perito Administrador
ADMINISTRADOR JUDICIAL